

Instituições para a educação da infância em Jundiaí (1880-1984)¹

Elizabeth da Silva Galastri Vinagre*
Moysés Kuhlmann Júnior**

Resumo

O presente trabalho apresenta resultados obtidos em pesquisa concluída no Mestrado em Educação, que buscou por iniciativas educacionais às crianças pequenas na cidade de Jundiaí, no período histórico compreendido entre os anos de 1880 e 1984. Esse período abrange o surgimento da primeira escola étnica na cidade, perpassa a criação da “Sociedade Humanitária Protectora da Infância Desvalida Asylo-Creche” (Lar Anália Franco), em 1912, a criação da Creche Argos (primeira creche de iniciativa empresarial da cidade), em 1945, e também a criação dos parques infantis, considerados como a primeira iniciativa pública de atendimento à criança pequena na cidade, que mudam de denominação no ano de 1984. O texto pontua, também, fatos importantes do contexto histórico da cidade, com o objetivo de delinear alguns caminhos percorridos na história da educação da infância do município, demonstrando os processos de evolução pelos quais passaram as instituições educacionais, influenciadas pelas transformações econômicas, sociais e políticas. A metodologia consistiu na utilização de documentos históricos das instituições pesquisadas, análise de imprensa local, iconografia e no uso da história oral.

Palavras-chave: Educação infantil; Jundiaí; História.

Institutions for the early childhood educations in Jundiaí (1880-1984)

Abstract

This paper presents results from a research undertaken in a Masters of Education Program, which searched for educational initiatives for small children in Jundiaí city in the historical period between the years 1880 and 1984. This period covers the rise of the first ethnical school in the city, and it runs through the foundation of the “Sociedade Humanitária Protectora da Infância Desvalida Asylo-Creche” (Lar Anália Franco), in 1912, the foundation of Argos Nursery (the first day care of enterprising initiative in the city) in 1945, and also the foundation of kindergarten, regarded as the first public initiative of care for small children in the city, changing the designation in 1984. The text also points out important facts of the historical context of the city, aiming to outline some paths taken in the history of early childhood education in the city, demonstrating the evolutionary processes by which educational institutions have undertaken, influenced by economic, social and political transformations. The methodology consisted of using historical documents of the institutions surveyed, analysis of local media, iconography and the use of oral history.

Keywords: Childhood education; Jundiaí; History.

Este trabalho apresenta pesquisa que identificou e analisou documentos referentes à criação e ao atendimento educacional de instituições relacionadas à educação da criança pequena no município de Jundiaí, da década de 1880 até 1984. Pontua, também, fatos importantes do contexto histórico da cidade, com o objetivo de delinear alguns caminhos percorridos na história da educação da infância do município, demonstrando os processos de evolução pelos quais passaram as instituições educacionais, influenciadas pelas transformações econômicas, sociais e políticas.

Como fontes para esta pesquisa, analisaram-se a imprensa local, a iconografia, depoimentos orais, além de atas, relatórios e diversos documentos

disponibilizados pelas instituições pesquisadas. Os procedimentos metodológicos foram utilizados de forma isolada ou combinada, de maneira a permitir o levantamento de dados e algumas reflexões sobre a história da educação infantil em Jundiaí.

Com o auxílio de pessoas preocupadas com a história de nossa educação, foi possível encontrar uma grande quantidade de reportagens locais (hemerotecas), fotografias e alguns depoimentos escritos. Foram localizadas algumas personagens dessa história que se propuseram a contribuir para esta pesquisa por meio de depoimentos orais. Parte das fontes foram encontradas na Biblioteca Pública Prof. Nelson Foot, no Museu Histórico de Jundiaí, na EMEI Professor Luiz Bárbaro, no Lar Anália Franco e na Associação Beneficente Argos.

Considerando que o Asilo Creche Anália

Endereço eletrônico:

* bethgalastri@hotmail.com

** moyses@saofrancisco.edu.br

Franco atendia meninas órfãs até atingirem a maioridade e que tanto a Creche Argos como os parques infantis estendiam o atendimento às crianças até a faixa dos 10 ou 12 anos, e principalmente pelo fato delas serem atendidas muitas vezes sem separação em grupos etários, este trabalho se dedica à história da criança de 0 a 6 anos em Jundiaí, mas também trata dos aspectos e das atividades relacionados ao atendimento educacional dado às crianças maiores.

Iniciativas privadas de educação da infância em Jundiaí

Durante um grande período da história de Jundiaí (de sua fundação até os últimos anos da década de 1940) o atendimento educacional às crianças pequenas era proporcionado por entidades particulares, fossem elas filantrópicas, étnicas, familiares ou de iniciativas empresariais. Cada uma delas adotava princípios e valores norteadores diferentes, garantindo o essencial para a sobrevivência da criança e buscando formar o cidadão que lhe parecia ideal. Mas todas estavam preocupadas com a evolução e a modernização da cidade.

Uma instituição educativa é responsável pela ação direta sobre a formação da comunidade à qual ela se destina, e caracteriza-se pelo conjunto de valores e práticas que adota para tal, o que não pode ser considerado de forma isolada do processo de constituição da cidade e de sua sociedade. De acordo com Pavan e Passos (2006, p. 150), “o lugar da escola no tempo da cidade indica um projeto de sociedade em que espaço e tempo estão entrelaçados em uma e outra, através de práticas sociais em que se definem e redefinem mutuamente”. Para elas:

A compreensão da existência histórica de uma instituição educativa passa, segundo Magalhães (2004) não só pela sua integração na comunidade educativa, mas também pela sua contextualização no quadro de evolução de uma comunidade ou região e ao sistematizar e reescrever seu itinerário de vida na sua multidimensionalidade, confere, segundo ele, um sentido histórico. (PAVAN; PASSOS, 2006, p. 150).

Sendo assim, o passado das instituições educativas não pertence apenas à instituição, a seus líderes, mas à sociedade em que se encontra, aos alunos que forma ou já formou, aos mestres que dedicam ou já dedicaram seus esforços de ensinar,

aos funcionários e gestores que contribuíram para sua organização e manutenção durante todo o processo de constituição da história da cidade.

Para que seja possível contextualizar a situação em que foram criadas as instituições de educação e assistência à infância destacadas para este trabalho faz-se necessário explicitar, em poucas linhas, o perfil de Jundiaí, assim como destacar alguns aspectos históricos e transformações sociais que levaram ao surgimento das suas instituições educacionais.

Segundo alguns estudos sobre a história da cidade², a região na qual Jundiaí está inserida surgiu da expansão bandeirante em busca de riquezas no interior do país. Por volta de 1615, Rafael de Oliveira e Petronilha Antunes abandonaram a Vila de São Paulo e refugiaram-se no vale do Rio Jundiahy, fundando a Freguesia de Nossa Senhora do Desterro, designação dada aos povoados que possuíam capela religiosa. Em 1655, com a fundação da Capela de Nossa Senhora do Desterro (protetora dos “refugiados” ou daqueles que “não estão mais em sua terra de origem”), a Freguesia de Jundiahy foi elevada a Vila, passando a ter autonomia administrativa.

O território era vasto, abrangia desde o que hoje chamamos de Mogi Mirim até Campinas. Essa região era conhecida como “Porta do Sertão”, pois servia para o descanso e abastecimento daqueles que partiam para o interior em busca de riquezas. Quando foi descoberto o ouro nas Minas Gerais, o recurso gerado foi utilizado pelo povo de Jundiahy para a organização de fazendas produtoras de cana-de-açúcar e de café e para os engenhos.

Em 14 de dezembro de 1865, em virtude do crescimento ocasionado pela “marcha do café”, a riqueza trouxe a indústria, e a ferrovia e D. Pedro II elevou-a à categoria de cidade. Nas décadas seguintes, a cidade tornou-se uma estratégica área de entroncamento ferroviário, com a inauguração da Ferrovia Santos-Jundiaí em 1867, da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (em 1872), da Companhia Ituana (em 1873), da Cia. Itatibense (em 1890) e da Companhia Bragantina (em 1891).

Nesta época, com a crise do escravismo e a abolição, iniciou-se o amplo processo de imigração, com a participação direta do Governo Federal, passando os grandes produtores rurais a buscar novos trabalhadores, o que favoreceu a vinda de ingleses, espanhóis e italianos, para substituir a mão de obra escrava.

Nas últimas décadas do século XIX, Jundiaí destacou-se como importante centro produtor de café do estado de São Paulo e, no final da década

de 1880, a cidade recebeu uma grande massa de imigrantes italianos, que trouxe consigo suas tradições e costumes. A cidade de Jundiá não ficou alheia ao processo de modernização, assim como aqueles que chegavam de outros países precisavam criar meios para se adaptar a ela. Iniciaram-se muitas mudanças na cidade, da mesma forma como acontecia em muitas cidades do país. E a forma de educar seria uma delas.

A vida dos imigrantes italianos, que se fixavam aos Núcleos Coloniais, era difícil. A maioria deles veio da Itália com passagens subsidiadas pelo governo brasileiro e trazia, além da roupa do corpo, os seus poucos bens. Apesar de todas as dificuldades e com falta de dinheiro, os imigrantes conseguiram, às custas do trabalho em família, realizar benfeitorias nas terras próprias por meio das atividades agrícolas, como o cultivo de uva e cereais.

Kreutz (2000) explicita que o imigrante italiano já estava acostumado às escolas, o sistema educacional público estava bem desenvolvido na Europa, e, aproximadamente 89% dos que chegavam ao país pelo Porto de Santos eram alfabetizados. Em um país como o Brasil, em que a maioria esmagadora dos habitantes era de analfabetos e onde não havia escolas públicas suficientes para atender à população, os imigrantes (de várias etnias) criaram escolas comunitárias étnicas e “empreenderam uma ampla estrutura comunitária de apoio ao processo escolar, religioso e sociocultural, com características dos países de origem” (Kreutz, 2000, p. 354).

Em 24 de setembro de 1887 chegaram ao Núcleo Barão de Jundiá 22 colonos italianos, e em novembro do mesmo ano esse número já subia para 99 habitantes. Preocupados com a transmissão dos costumes e da tradição em que as suas famílias foram criadas no país de origem, a educação familiar, que em sua maior parte era transmitida dos avós para os netos, passa a contar com uma grande aliada: uma escola étnica em Jundiá. Encontram-se esparsos vestígios sobre a existência de uma escola para imigrantes nesse Núcleo Colonial. Como podemos observar na foto, havia nela crianças de idades variadas, inclusive algumas bem novas, o que poderia nos levar a considerá-la como uma instituição pioneira no atendimento da criança pequena em Jundiá.

Em outra publicação sobre as influências e a permanência de hábitos e costumes dos italianos entre os moradores atuais da cidade, é apresentado um comentário sobre o comportamento do imigrante quando recém-chegado ao Brasil. Enquanto os homens trabalhavam arduamente nas plantações de café, as mulheres e moças da fazenda seguiam

com os burros cargueiros para a cidade para vender galinhas, ovos, frutas e hortaliças, e enfrentavam uma difícil adaptação, o que impedia o casamento entre italianos e brasileiros, no início dessa adaptação. Com as crianças não foi diferente:

[...] as crianças não ficaram imunes à difícil adaptação dos italianos – elas iam para a escola somente até os dez anos e, em seguida, precisavam abandonar os livros para trabalhar no sítio com os pais. [...] esta rotina fez com que muitas crianças fossem educadas diretamente pelos avós a partir da tradição camponesa dos italianos. Seguindo o ciclo histórico, todos os costumes apreendidos pelos pequenos no começo do século foram passados para os filhos e netos que sucederam e que se espalharam por Jundiá. (Ribeiro, 2005, p. 82).



Figura 1 - Alunos da escola do Núcleo Colonial (1890). Revista comemorativa dos 351 anos de Jundiá, 2006, p. 23-24

Não foi possível encontrar um maior número de fontes sobre a escola do Núcleo Colonial que informassem sobre seu currículo, suas práticas e suas particularidades. Considerando, entretanto, que a existência dessa instituição tem sua importância para a história de Jundiá, entendeu-se conveniente demarcar a existência de alguma estrutura para a educação de crianças nesse período.

Alguns anos após a criação do Núcleo Colonial e da escola a ele pertencente, fundou-se em Jundiá uma instituição para o atendimento de meninas órfãs ou abandonadas, por um grupo ligado aos ideais da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva, que era dirigida por Anália Franco.

Na Sociedade Humanitária Protectora da Infância Desvalida Asylo-Creche (Lar Anália

Franco de Jundiaí), fundada em 19 de maio de 1912, passaram, segundo os registros do arquivo histórico da instituição, filhas de imigrantes, operários e ferroviários da cidade.

Considerada como a primeira instituição assistencial de Jundiaí, criada por um grupo motivado pelo trabalho assistencial e educacional de Anália Franco em outras localidades do estado de São Paulo, o Asilo Creche servia como internato para meninas órfãs ou desamparadas, no qual as preocupações iam muito além do simples acolhimento das meninas, com a proposta de educá-las e prepará-las para o convívio em sociedade e para um futuro com melhores expectativas.

No decorrer dos anos, muitos documentos da instituição foram perdidos, o que cria uma enorme lacuna para se tecer a sua história. Em 1936, a Sociedade Humanitária Protetora da Infância Desvalida “Asilo Creche” de Jundiaí, estabeleceu em seu estatuto, como fins institucionais:

[...] asilar no estabelecimento órfãos da idade de 3 a 10 anos, que provem com atestados, estado de miserabilidade e não sofre de moléstia contagiosa, fornecendo-lhes alimentação, vestuário, educação moral, escola, assistência médica, etc., tudo gratuitamente; receber na creche como pensionistas filhas de operários que por seus afazeres não possam presidir a sua educação. (1º. Cartório de Registros de Imóveis).

Mesmo tendo sido estabelecido por estatuto que o Asilo deveria receber meninas até 10 anos de idade, muitas vezes eles recebiam também meninas maiores, cujo atendimento fosse necessário, como pode ser observado em um atestado de miserabilidade apresentado para a instituição no ato de pedido de vaga para uma menina que já havia completado quinze anos, assim como em algumas fotografias.

Funcionava dentro da instituição uma sala de pré-escola e outra de ensino primário, sendo a professora subvencionada pelo governo estadual. Não foram localizadas nos relatórios e documentos as datas de criação dessas salas de aula. Porém, encontra-se no acervo histórico do Lar Anália Franco, um recorte de um jornal local (1935) que noticiava a continuidade da existência das salas de aula e que concluía referindo-se às internadas que já haviam completado o ensino primário dentro da própria instituição,

[...] a escola creada e mantida pelo governo estadual e que funciona em uma das salas desta casa, sob a direcção da professora Sra.

Da. Maria José Maia, continua a ministrar a instrução com grande e salutar proveito. A instrução, nesta escola, só é fornecida até o 3º anno sendo o 4º anno concluído no grupo escolar, algumas já tendo feito o curso completo [...] (Jornal A Comarca – 31 dez. 1935).

Composta por uma parte de crianças pertencentes ao Lar e outra de crianças externas a ele, era oferecido ensino pré-escolar até o terceiro ano, ficando o último a ser concluído no Grupo Escolar Conde do Parnaíba. No acervo histórico da entidade em Jundiaí, encontram-se várias fotos de alunas, em ambiente preparado, como forma de lembrança escolar, registrada no ano de conclusão do curso primário, como a reproduzida abaixo:

As alunas que frequentavam o quarto ano no Grupo Escolar Conde do Parnaíba, instituição que na época era frequentada pelos filhos da elite e dos funcionários da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, contavam com o auxílio da Caixa Escolar, uma espécie de caderneta que era dada aos alunos do grupo escolar para contribuições espontâneas para auxiliar os alunos menos favorecidos, verba que servia para a compra de materiais ou para despesas de excursão programada pela instituição. A ajuda era pequena, mas sem dúvida devia servir para facilitar a inclusão das asiladas dentro da programação do grupo escolar.



Figura 2 - Crianças e professoras do Lar Anália Franco (1973), acervo do Lar Anália Franco

A caixa escolar do Grupo Conde do Parnaíba cooperou de maneira simpática com o fornecimento de algum material escolar às meninas, bem como com as despesas de viagem das mesmas em excursões ao Zoológico, ao Aeroporto e ao Museu em São Paulo (capital) e em Rio Claro e Piracicaba, ao Horto Florestal e Indústrias diversas. (Relatório de Diretoria do Ano de 1969)

Segundo Pavan (2003), a integração não era absoluta entre as meninas órfãs do Lar e as alunas da elite econômica do Grupo Escolar Conde do Parnaíba. Em seu trabalho ela considera:

Mas algumas citações das professoras, durante as entrevistas, nos dão a ideia do oposto desta ideia de igualdade que fundamenta a formação do cidadão. Marly, por exemplo, comentou que “a maioria dos alunos do “Conde” era de famílias conhecidas na cidade e “bem de vida”. Havia também as crianças do “Anália Franco” (um internato e semi-internato que abrigava crianças órfãs e pobres), eram pobres, mas muito bem tratadas pelas professoras do “Conde”. O número de crianças pobres era bem pequeno. (PAVAN, 2003, p. 48)



Figura 3 - Lembrança escolar de aluna não identificada, do Grupo Escolar Conde do Parnaíba, 1960

As meninas que completavam o ensino primário com bom aproveitamento passavam a frequentar o ginásio no Colégio Industrial, para dar continuidade aos seus estudos. Algumas davam ainda sequência formando-se nos cursos profissionalizantes ou no magistério na Escola Normal Livre. O destaque obtido pela asilada Edith Leite Amaral, que conseguiu ser admitida na Escola Normal, chegou a ser noticiado no jornal local:

[...] tendo-se salientado na aplicação aos estudos e obtido boas notas, conseguimos que a asilada Edith Leite Amaral, fosse matriculada na Escola Normal desta cidade a fim de continuar os estudos tão bem aproveitados. (Jornal A Comarca – 31 dez. 1935)

O asilo creche abrigava crianças internas e um grande número de crianças externas em suas classes de aula, já que a escolarização regular era um dos

objetivos da época. Educou, como os relatórios atestam, crianças filhas de imigrantes e de operários, principalmente da Companhia Férrea.

Para Kishimoto (1988), embora houvesse semelhanças entre as instituições criadas por Anália Franco e os orfanatos, suas preocupações com a formação das asiladas faziam suas creches e asilos se aproximarem mais das instituições de educação infantil. Kuhlmann Jr. (2004) aprofunda essa questão e identifica que as instituições destinadas às crianças pobres sempre tiveram propósitos educacionais. Oliveira (2007) analisa como as ideias e práticas educativas da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva promoviam a integração étnica e a educação feminina.

Além dessa preocupação com a formação da mulher, a formação do operário também se tornou muito presente na educação de Jundiaí a partir dos anos 1940. No que se refere à educação da criança pequena, destaca-se a inauguração da Creche Argos, em 1945, vinculada à fábrica de mesmo nome, instituição que foi responsável não só pelo atendimento pioneiro na cidade no sistema de creche, mas que se responsabilizou pela educação e controle da vida das famílias de operários têxteis dentro do programa de urbanização e modernização do município.

A Argos Industrial S. A. foi uma das maiores tecelagens do Brasil e a primeira a fabricar brins³. Fundada em 1913, a empresa é um dos grandes marcos no desenvolvimento industrial do estado de São Paulo na primeira metade do século XX e o símbolo do primeiro curso de industrialização e povoamento urbano da cidade de Jundiaí. Maior empregadora de Jundiaí até a década de 1930, promoveu intenso movimento de urbanização no bairro da Vila Arens, atraindo moradores em suas vilas operárias, comércio e outras indústrias do ramo.

Algumas instituições educacionais para as crianças pequenas já haviam sido criadas no Brasil antes da década de 1930, tanto por entidades assistenciais como por empresas (Kishimoto, 1988; Kuhlmann Jr., 2004). Segundo Vieira (1998), na década de 1940, o governo passou a se preocupar com a criação de instituições e pessoal para execução de ações sociais nas áreas da educação, saúde, previdência e assistência. Foi com a criação da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), de 1943, que surgiram dispositivos legais para garantir a instalação de creches nos locais de trabalho, sob encargos das próprias empresas, já que essas se tornaram necessárias para solucionar a crise causada pelo trabalho feminino em consequência do

surto industrial ocorrido nesse período. De acordo com o artigo 389 dessa lei citada, todas as empresas que tinham mais de trinta funcionárias acima de dezesseis anos eram obrigadas a instalar uma creche com lugar apropriado para a amamentação, um berçário, uma cozinha dietética, e instalações sanitárias, com funcionários responsáveis pelos cuidados das crianças dentro da própria empresa.

A Creche Argos era responsável por abrigar filhos de funcionárias da fábrica durante o período de trabalho e oferecer a elas educação e cuidados básicos. Com base nas fontes encontradas e no depoimento oral cedido pela ex-funcionária da fábrica e da creche D. Zilda Lodoi, foi possível destacar o papel da empresa e a creche no cenário e no imaginário social.

A creche, que era coordenada por freiras salvatorianas⁴, oferecia os cuidados necessários às crianças, atendendo bebês e crianças até aproximadamente dez anos. D. Zilda conta com orgulho que:

[...] a gente fazia de tudo aqui na creche, a gente cuidava de criança, era gostoso, trabalhar aqui dentro, muita gente queria trabalhar aí, as crianças eram muito bem cuidadas, crianças que saíram daí e hoje são formadas médicos, engenheiros, advogados, professores, eles tinham uma educação excelente, era dada por irmãs e as irmãs levavam a sério.

Na creche, segundo o *Jornal da Cidade* (11 set. 1991), as crianças recebiam pela manhã café com leite, instrução primária, moral, cívica e religiosa, assistência médica e odontológica e “ainda brincam sob a orientação das abnegadas freiras salvatorianas em salas adequadas”.

Havia também uma grande preocupação com a alimentação das crianças e, principalmente, dos bebês, já que a taxa de mortalidade de bebês era muito elevada. Segundo depoimento da ex-funcionária:

[...] tinha gente que já trabalhava aqui, tinha cozinheira, a criança era muito bem tratada, a alimentação era de primeira qualidade, os bebezinhos também eram muito bem tratados, era suco, vitamina, quando começavam a comer a gente cozinhava tudo separado a comida dos nenês, os legumes, passava no liquidificador e dava pros nenezinhos comerem, era a gente que dava.

D. Zilda se aposentou em 1976, e sobre aquele período ela contou que tudo já estava muito diferente, as freiras não estavam mais à frente da organização da creche, tudo era cuidado por funcionárias, e o número de crianças já era muito reduzido. Com a falência da Argos S. A, a creche teve suas funções encerradas no ano de 1984, e os documentos relativos ao seu funcionamento se perderam ao longo dos anos; o prédio foi penhorado e permaneceu abandonado, sofrendo a ação de vândalos e de ladrões.

Os parques infantis e a educação pública em Jundiaí

Somente na década de 1940 foi fundado, pelo governo municipal, o Parque Infantil Manoel Anibal Marcondes como a primeira iniciativa do poder público relacionada à educação da infância na cidade. A instituição apresentava um atendimento diferenciado das demais instituições de ensino, considerado como extraescolar, recebendo crianças entre três e doze anos (os maiores de sete em horário contrário à escola), e tendo como lema um triplice objetivo: educar, assistir e recrear.

Funcionando com proposta semelhante aos parques infantis da capital, o Parque Infantil Manoel Anibal Marcondes, inaugurado no ano de 1946, foi a única instituição mantida pelo governo municipal durante 29 anos.

De acordo com Faria (2002, p. 122), os parques infantis eram “uma instituição planejada para arrancar a cultura dos grupos privilegiados e transformá-la em fator de humanização da maioria”. Nesse espaço produziam cultura e também conviviam com a diversidade da cultura nacional.

Diferente das demais formas escolares já existentes naquele período, como as escolas e pré-escolas, os parques infantis agiam de maneira a garantir os direitos atribuídos à infância, tais como o direito a brincar, de não trabalhar, de livre-expressão, conseguidos por meio da promoção do exercício lúdico, artístico e do imaginário, entre outras experiências como o jogo em espaço aberto, piscina, educação física e preocupações com os hábitos de higiene e saúde.

Essa instituição tinha como finalidade:

desenvolver física, social e intelectualmente as crianças através da prática de jogos, torneios, visitas a bibliotecas e confecção de jornais. Estes processos educativos possuíam estreita relação com a finalidade recreativa dos Parques Infantis, que era desenvolvida por meio da música, do teatro, do coral e

de atividades manuais. As instrutoras dos Parques Infantis, além de organizar Essas atividades, também deveriam saber tirar as necessárias lições de morais de contos, lendas e fábula. (FILIZZOLA, 2002, p. 5)

Percebemos que junto com esses objetivos estava a expectativa de formar novos cidadãos com base na moralização e na civilidade. Somente na década de 1970 é que outros parques também foram criados, expansão que levou a atender um número mais significativo de crianças. Entre eles a Escola Parque Luiz Bárbaro, destacada para o estudo como exemplo do funcionamento dos parques infantis nesse período.

Percebeu-se, ao delinear a história da Escola-Parque Luiz Bárbaro, inaugurada em 1971, que a preocupação com a pré-alfabetização era muito mais forte nesse período, tendo sido anexadas aos parques infantis e escolas-parques salas de pré-escolas. Nesse período também se observa, principalmente por meio das fotos, a ausência de crianças maiores nessas instituições, que serviam como acesso para o ensino primário oferecido em outras instituições da cidade.

Conclusões

Durante o levantamento das informações que permitiram a organização do breve histórico das instituições destacadas nesse trabalho, foi possível perceber que a educação da criança pequena na cidade de Jundiá passou por distintas fases, assim como a educação em todo o país.

Pode-se notar que não surgiram iniciativas governamentais para o atendimento educacional da criança pequena em Jundiá durante um grande período de sua história (fundação até os últimos anos da década de 1940, sendo o atendimento educacional de crianças pequenas proporcionado por entidades particulares, fossem elas filantrópicas, étnicas, familiares ou de iniciativas empresariais. As instituições selecionadas para este trabalho tiveram como principais objetivos a formação da criança para viver em uma cidade que estava em plena expansão e urbanização.

Somente na década de 1940 foi fundado o Parque Infantil Manoel Aníbal Marcondes como a primeira iniciativa do poder público relacionada à educação da infância. Funcionando em conformidade com os parques infantis da capital e de Campinas, ficava o parque infantil restrito a atender um número insuficiente de crianças pequenas, deixando desprovidas de atendimento educacional as que morassem em bairros periféricos ou rurais.

Ainda assim, quase trinta anos se passaram sem que houvesse a inauguração de outros parques na cidade.

As quatro instituições destacadas nesse trabalho, Escola do Núcleo Colonial, Anália Franco, Creche Argos e os parques infantis, coexistiram nos mesmos períodos históricos, em regiões próximas da cidade, e mantiveram, cada uma a seu jeito, ideais educacionais relacionados ao preparo da criança para um futuro promissor, com preocupações morais, cívicas e instrutivas, integrados aos projetos maiores de construção da nacionalidade.

Notas

¹ Pesquisa de Mestrado vinculada ao projeto Infância e Educação na História: Temas e Fontes, coordenado por Moysés Kuhlmann Jr., com apoio Capes (bolsa de Mestrado) e CNPq (bolsa de Produtividade e Auxílio à Pesquisa).

² Para mais informações sobre a História de Jundiá, consultar: JUNDIAÍ (município). *Lugares*. Jundiá: 1999, série Memórias, v. 2.; PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Monografia de Jundiá. s. e, 1952; *Jornal de Jundiá* - Jundiá 350 anos, Revista comemorativa, 2005.

³ JORNAL DA CIDADE, Argos Industrial, a primeira fábrica de brins do Brasil. Jundiá, 3 de agosto de 1995, p.13.

⁴ Os salvatorianos chegaram a Jundiá no ano de 1925, quando fundaram um Seminário Salvatoriano, que funcionava como internato para a formação de seminaristas. Este se transformou em colégio no ano de 1952, hoje conhecido como Colégio Divino Salvador (www.divinojundiai.com.br). Disponível em 27 jan. 2009)

Referências

- BRASIL. *Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)*, In: www.trt02.gov.br. Disponível em: 22 set. 2008.
- 1º CARTÓRIO DE REGISTROS DE IMÓVEIS, Jundiá 30 de agosto de 1936, In: 1º. Cartório de registros de Imóveis, folha 71 do livro A-1 de Registro de Pessoas Jurídicas, número de ordem 48.
- FARIA, Ana Lucia Goulart. Os Parques Infantis. In: _____. *Educação pré-escolar e cultura*. Campinas: Ed.Unicamp. Cortez, 2002, p. 121-152.
- FILIZZOLA, Ana Carolina Bonjardim. *A Institucionalização do lazer das crianças filhas de operário nos Parques Infantis da cidade de São Paulo, na década de 1930*. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE. V 5., Águas de Lindóia, 2002.
- JORNAL DA CIDADE, *Argos industrial, a primeira fábrica de brins do Brasil*. Jundiá, 3 de agosto de 1995, p. 13.
- JORNAL A COMARCA. 31 de dezembro de 1935.
- JORNAL DA CIDADE. *De todos os exemplos, a Creche é o maior*. Jundiá, 10 de setembro de 1991.
- JUNDIAÍ (município). SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE. *Lugares*. Jundiá: Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, 1999, série Memórias, v.2.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *A pré-escola em São Paulo (1877 a 1940)*. São Paulo: Loyola, 1988.

KREUTZ, Lúcio. *A Educação dos Imigrantes no Brasil*. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA KUHLMANN JR., Moysés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. 4ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2004. (1. ed., 1998)

FILHO, Luciano Mendes. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 347-370.

OLIVEIRA, Eliane de Christo. *Anália Franco e a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva: ideias e práticas educativas para as crianças e para a mulher (1870-1920)*, 2007.

PAVAN, Diva Otero. *Duas histórias relacionadas: as professoras primárias paulistas e o sistema nacional de ensino (1930-1980)*. Tese - UNICAMP, Campinas: 2003.

_____; PASSOS, Laurizete Ferragut. *Cidade e instituição escolar nas trajetórias e práticas educativas de professoras*. *Cadernos de História da Educação* – n. 5 – p. 149-160, jan./dez. 2006,

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Monografia de Jundiaí. s.e, 1952.

RIBEIRO, Rebeca. *Os italianos continuam entre nós*. *Jornal de Jundiaí* - Jundiaí 350 anos, Revista comemorativa - Jundiaí, 14 de dezembro de 2005. p. 82-83.

Sobre os autores:

Elizabeth da Silva Galastri Vinagre é mestre em Educação pela Universidade São Francisco e professora da rede municipal de educação de Jundiaí.

Moysés Kuhlmann Júnior é professor do curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco e pesquisador da Fundação Carlos Chagas.